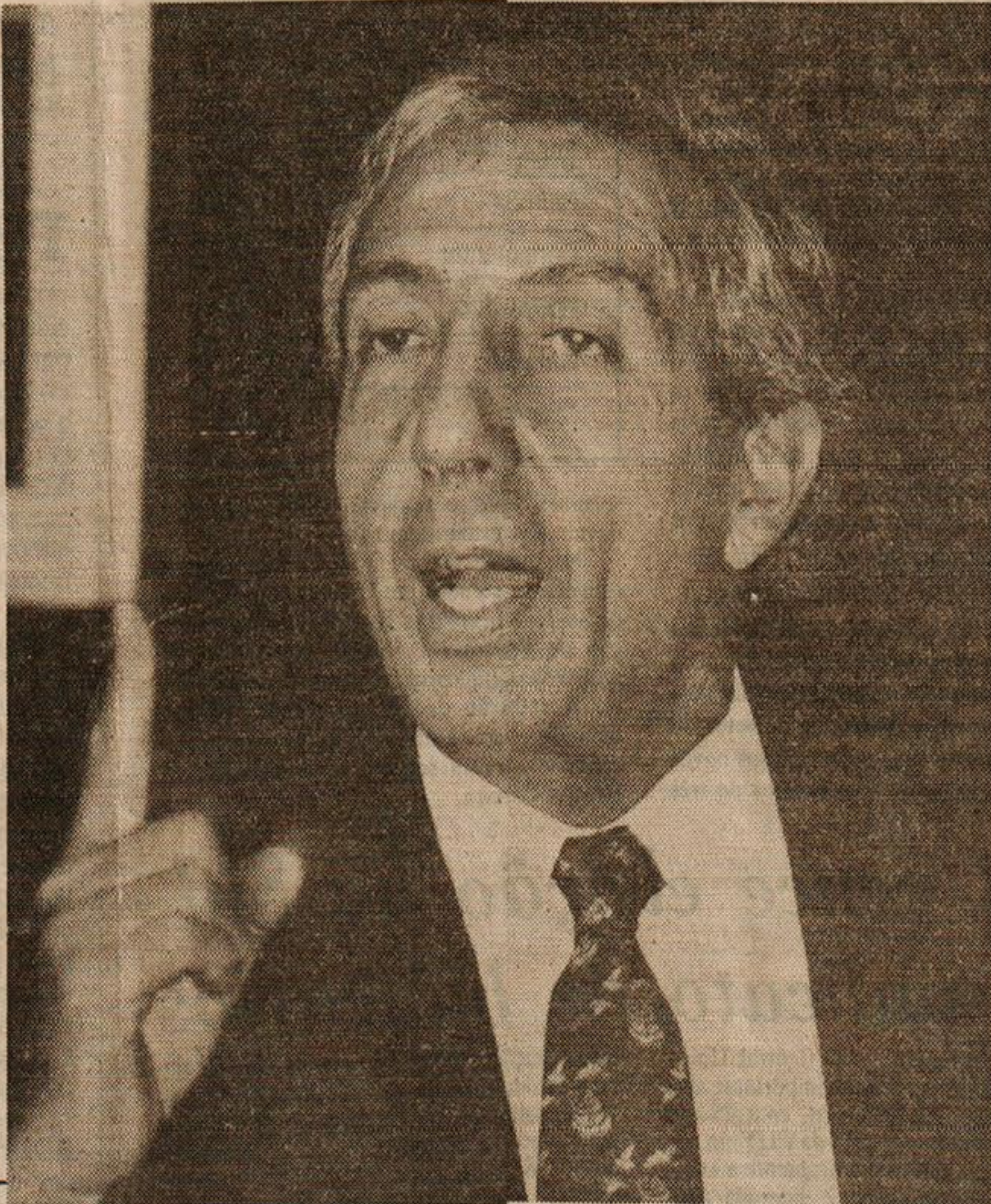


# É hora de dar fim ao faz-de-conta da dívida

SÃO PAULO — Há três circunstâncias que colocam o empresário Abílio dos Santos Diniz num mirante especialmente privilegiado para a contemplação da economia brasileira. A menos importante é o fato de ele ser membro do Conselho Monetário Nacional. No mais, Diniz, 50 anos, pai de dois casais de filhos e avô de duas netas, capitaneia aquela que é, hoje, a maior empresa privada do Brasil em faturamento, excetuada a área financeira — a Companhia Brasileira de Distribuição, razão social do Pão de Açúcar, um colosso que abrange 590 lojas em 19 Estados brasileiros e 34 em Portugal, dá emprego a 60 mil pessoas e faturou, só no mês passado, CZ\$ 6 bilhões. A isso, o empresário reúne a condição de amigo íntimo há 20 anos do Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, seu ex-colaborador, de quem é confiante, na intimidade, e defensor, em público.

A amizade, porém, não impede que Diniz reconheça faltar ao Ministro "cintura política". Em compensação, ele considera



que o Plano Bresser já resgatou o país do limite do caos e tem todas as condições técnicas para domar a crise econômica. Esse esportista impecável do passado, ex-goleiro, ex-piloto de moto-náutica e, como corredor de automóveis, ex-campeão das Mil Milhas de Interlagos acha, também, que o Brasil tem que buscar uma "saída política" para o nó da dívida externa, pois é preciso "acabar com a brincadeira segundo a qual os países credores fingem que vão receber e os devedores fazem de conta que vão pagar". Ainda em grande forma — nada 2 mil metros ou corre 8 quilômetros, religiosamente, todos os dias — ele fala de cátedra, já que tem mantido contatos frequentes com banqueiros internacionais.

Na semana passada, no amplo e elegante gabinete que ocupa na sede de seu império comercial, recheado de fotos dos pais, filhos, netas e dos cinco irmãos, Diniz recebeu o editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo, Ricardo A. Setti, para a seguinte entrevista:

**JORNAL DO BRASIL — Como está indo a gestão da política econômica?**

**Abílio Diniz —** Vai indo bastante bem. Pode parecer estranho — e vou dizer isso textualmente — devido ao número de ataques que o ministro Bresser Pereira já sofreu, principalmente em relação à dívida externa. Mas, se olharmos de onde viemos para onde estamos hoje, a diferença é muito grande. O Ministro assumiu com a sociedade brasileira altamente traumatizada, com as pessoas tão frustradas com o Plano Cruzado que estavam, inclusive, sem esperança — e olhe que existe um dito popular segundo o qual se pode tirar tudo de uma pessoa, menos a esperança.

**JB — Mas o que o leva a dizer que a política econômica vai bem?**

**Diniz —** O Ministro Bresser pegou esse país no final do Plano Cruzado com uma inflação que já apontava para mais de 35% ao mês que, anualizada, passa dos mil por cento. O Brasil vivia a maior crise financeira da sua história, com 38% de inadimplência no setor financeiro, e estava numa recessão brutal. O Ministro assumiu e teve a coragem de fazer o Plano Bresser, que incluía como elemento mais viável o congelamento mas que continha, por trás disso, uma série de medidas sérias, como um firme combate ao déficit público, uma mudança da política salarial e uma determinação de equacionar a dívida externa.

**JB — E os resultados?**

**Diniz —** Iniciado o Plano, as taxas de juros despencaram de mais de mil por cento ao ano para, inicialmente, algo em torno de 150%, um patamar ainda alto, mas que já permitiu aliviar as empresas — atingidas de forma especialmente per-

versa no Plano Cruzado, pois estavam pagando juros de 30% ao ano em dezembro de 1986 e, em maio de 1987, passaram a pagar juros de 30% ao mês. O Ministro ainda promoveu um realinhamento de tarifas, dando alívio também às empresas estatais, e iniciou um programa de política fiscal e monetária. Os resultados, me parece, foram muito bons: no primeiro mês, tivemos uma inflação de 3%. No segundo, 6,36% e no terceiro, o nosso índice, o do Pão de Açúcar, aponta para 5,35%, embora o IBGE já tenha divulgado que deverá ser de 6%. Comparando com o que tínhamos em maio, a situação é muito melhor. Além do mais, estamos saindo bem do congelamento, já que nunca se parou de flexibilizar os preços.

**JB — O senhor acha que os empresários, que tanto reivindicam uma redução do déficit, deram apoio suficiente às medidas do Ministro nessa área?**

**Diniz —** Acho que não. Mas se o Ministro Bresser levou ao Presidente José Sarney, há vinte e poucos dias, uma lista de providências bastante razoáveis para conter o déficit público, o presidente assinou um decreto a respeito e já no dia seguinte, em uma reunião ministerial, houve vários Ministros dizendo que não iam cumprir as medidas...

**JB — Qual é sua opinião a respeito dessa atitude?**

**Diniz —** Acho que é uma desobediência civil dentro do governo. É como costumava dizer o ex-ministro Delfim Netto: todo mundo gosta de cortar os gastos, desde que sejam os do vizinho. Mas o Ministro Bresser teve a coragem de levar ao Conselho Monetário Nacional uma medida extremamente dura — a proibição

de os bancos oficiais emprestem para as estatais além do programado de os bancos oficiais emprestem para as estatais além do programado até o final do ano — e também formulou medidas para, disciplinando empréstimos a estados e municípios, conter gastos também nessa área. E o que aconteceu? Imediatamente todo mundo se levantou contra ele: governadores, prefeitos, todos. Quem foi que deu suporte ao Ministro Bresser?

**JB — Por que então os empresários, que clamam pelo corte do déficit público, silenciaram nessa ocasião?**

**Diniz —** Meus amigos e colegas empresários silenciaram por omissão.

**JB — O senhor, porém, depois de muito tempo em silêncio, não parece estar se omitindo.**

**Diniz —** Quanto maior é a dimensão da empresa, maior é a responsabilidade do empresário. E não apenas em relação a seus negócios e seu pequeno mundo, mas para com a economia e com o país. Eu acho que o maior problema do país, no momento, não é econômico, mas político. Todos nós olhamos para o econômico porque é o que nos atinge mais diretamente. As pessoas, com isso, não estão vendo algo muito maior e mais preocupante, que é o que está acontecendo na Constituinte.

**JB — E o que é?**

**Diniz —** Vou começar pelo lado empresarial. Sabemos que a taxa de investimentos no país, tanto no setor público como no privado, incluindo as empresas estrangeiras, vem caindo seguidamente. Só que atribuir a falta de investimentos apenas às altas taxas de juros, como muitos fazem,

é uma falácia. É claro que elas são importantes, mas o que influencia fundamentalmente os investimentos é a confiança que as pessoas têm no país. E, à medida que vão vindo a público as discussões travadas e as decisões tomadas na Constituinte, mais os investidores se resguardam.

**JB — Quais seriam exemplos concretos?**  
**Diniz —** O papel exagerado do Estado na economia, o fato de a Constituinte pretender legislar descendo a detalhes que deveriam ser atribuídos à legislação complementar, como na questão das reservas de mercado, o tratamento da questão social — a jornada de 40 horas semanais e a estabilidade pura e simples — além da hostilidade ao capital estrangeiro, são coisas que, mais que assustar os investidores, os afastam do país.

**JB — Qual é sua opinião sobre a atual discussão em torno do regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista?**

**Diniz —** A meu ver isso vem sendo tratado de uma forma totalmente irresponsável: sem se dizer o porquê de um ou outro, sem se procurar esclarecer a opinião pública, sem que o tema tenha sido discutido na campanha eleitoral. Acho, em relação aos sistemas presidencialista, parlamentarista e o chamado híbrido, que os três podem funcionar bem, dentro de determinados pré-requisitos. Para o parlamentarismo, são necessários partidos fortes, muito bem estruturados e com ideologia clara. Com a grande quantidade de partidos que temos no Brasil, e mais as facções existentes dentro deles, vamos ter um gabinete por semana. Se formos ao parlamentarismo com essa estrutura, virá um desastre pela frente.

## Pão de Açúcar espera em 88 inflação inferior a 100%

**JB — Como o senhor avalia a forma como o governo vem encaminhando a questão da dívida externa?**

**Diniz —** O Ministro Bresser fez duas semanas atrás um discurso em Viena, alertando os credores sobre o problema internacional que a dívida está causando. Parece-me que esta era sua única intenção naquele momento: tratar politicamente o problema. Na viagem anterior aos Estados Unidos, ele estivera no Congresso e foram justamente senadores americanos que chamaram sua atenção para a necessidade de que os credores ou os países mais desenvolvidos promovessem o *debt relief*, um "alívio da dívida", porque senão os países mais endividados não teriam como cumprir seus compromissos. Então a idéia de se obter uma certa diminuição da dívida, por meio do tratamento político, não foi uma idéia maluca que saiu da cabeça do Ministro, mas é algo de que já cogitam congressistas americanos. O Ministro pretendia tratar politicamente o assunto, para depois se chegar a uma proposta concreta sobre como promover um certo desconto de parte da dívida. Só que, entre outras coisas, ocorreram vazamentos dos estudos que estavam em curso.

**JB — O senhor acha que foi algo propo-**

**sital?**  
**Diniz —** É difícil dizer, mas o fato é que houve vazamento. Nesse caso, a meu ver, ele tinha duas opções: seguir com as explicações de seu plano, com o risco de ele ainda não estar totalmente elaborado, ou recuar do vazamento e se manter apenas politicamente trabalhando o assunto. Acho que a estratégia que ele usou, compatível com seu temperamento de homem íntegro, não foi, porém, a melhor. Ele seguiu em frente para não negar o que existia, e depois isso causou todo esse mal-estar, as conversas com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker...

**JB — Classificadas pelo próprio PMDB como um fracasso, um desastre...**

**Diniz —** O tratamento que o Ministro recebeu aqui no Brasil foi de um sujeito completamente estabonado e desastrado. Acho isso uma injustiça. Nós estamos errados nesse ponto: qual é o jogo que queremos fazer? O do James Baker?

**JB — Como assim?**

**Diniz —** A impressão que deu é de que nós, brasileiros, estávamos constangidos com o que nossos credores estavam pensando a nosso respeito e pesados por não estarmos fazendo aquilo que os credores e as instituições internacionais nos mandam fazer. Dava a impressão de que nossa torcida era pelo time deles.

**JB — Como um empresário que conhece os banqueiros internacionais, para onde o senhor acha que esta questão da dívida vai caminhar?**

**Diniz —** Temos que continuar insistindo no tratamento político da questão, porque existe no mundo financeiro internacional uma brincadeira, um jogo em que os devedores fazem de conta que vão pagar a dívida e os credores que vão receber, quando se sabe que a maior parte dos países não desenvolvidos não tem a menor possibilidade de sequer começar a pagar. Mesmo assim, o jogo continua, e ele absolutamente não interessa ao Brasil, só aos executivos financeiros internacionais. O executivo de um banco sem dúvida sabe que ele não estará mais na posição daqui a 10 ou 20 anos, e sente uma enorme alegria ao fazer acordos convencionais e jogar o problema para a frente, de forma a que ele caia nos braços do executivo de amanhã, que por sua vez fará o mesmo. Acho que, já que decretamos a moratória — não cabe mais discutir se foi boa ou não — temos que saber tirar vantagens dela.

**JB — Por exemplo?**

**Diniz —** Com essa conscientização política.

**JB — Em que consistiria para o Brasil, pragmaticamente, o tratamento político dessa questão?**

**Diniz —** Quem analisar com isenção de ânimo em que consistia a proposta do Ministro Bresser, por aquilo que dela transpirou, verá que é uma proposta empresarial. Primeiro se propunha um tratamento convencional de rolagem para metade da dívida. Sobre os outros 50% se proporia um tratamento de deságio, de desconto, mas de mercado. O deságio não foi inventado por ninguém. Se há um deságio é porque o título vale aquilo. Então vamos encarar a realidade: nós queremos nos beneficiar de parte desse deságio dando, inclusive, possibilidade aos banqueiros de não ter de contabilizar isso nos seus balanços como perda. Quer dizer, isso seria provavelmente feito na parte referente aos juros.

**JB — E as garantias? Que garantias o Brasil poderia oferecer?**

**Diniz —** O problema da garantia é simplíssimo. Se estamos gerando superávits de quase 1,5 bilhão de dólares por mês, nós podemos, assim que nossas reservas permitam, separar dois bilhões de dólares e constituir um fundo para dar garantia do pagamento dessa dívida daqui a 15 ou 20 anos. Isso, capitalizado, dá um mundo de dinheiro.

**JB — Depois da má repercussão da viagem do Ministro Bresser, ainda seria possível retomar o tema?**

**Diniz —** Acho que sim, mas com uma habilidade que, reconheço, não tivemos. As autoridades brasileiras vão sentar-se neste dia 25 à mesa com os credores em Nova Iorque e apresentar uma proposta. A meu ver isso tem quer encarado com extremo cuidado. Acho que devemos sentar-nos à mesa — seja tendo à frente nosso negociador Fernão Bracher ou outro funcionário, já que neste caso não cabe ao Ministro tratar com o Comitê Assessor da Dívida — e ouvir. Nós já falamos — extemporaneamente, indevi-

damente, mas já falamos. Nossa posição deve ser muito mais de ouvinte do que de alguém que colocará propostas também a reunião do FMI, que começa esta semana. Aliás, diga-se de passagem, ninguém vai pensar que o Ministro Bresser foi irresponsável a tal ponto de não fazer sondagens preliminares para saber se havia ou não chance de se seguir com o plano do deságio.

**JB — Então houve sondagens?**

**Diniz —** É claro.

**JB — E quais foram os resultados?**

**Diniz —** Deságio é coisa que sempre assusta banqueiro, porque todo mundo tem a preocupação de não perder dinheiro. Mas as sondagens indicaram que as conversas poderiam prosseguir, só que de maneira sigilosa.

**JB — Os resultados vieram de bancos de que área? Americanos, europeus, japoneses?**

**Diniz —** Foram de executivos de bancos de praticamente todos os países credores.

**JB — Voltando ao plano interno, o Pão de Açúcar trabalha com que taxa de inflação anual para 1988?**

**Diniz —** Nossa empresa trabalha considerando que possamos ter, em 1988, uma inflação inferior a 100%.

**JB — Sua empresa sofreu acusações de burla ao congelamento de preços logo após a decretação do primeiro Plano Cruzado. Como o senhor se sente, hoje, em relação a esses fatos?**

**Diniz —** O tempo e a Justiça brasileira se encarregaram de mostrar que não houve nada. Nada ficou provado contra nós, nem uma única das acusações feitas ficou de pé. Não tenho ressentimentos, embora considere que, em relação à minha pessoa, se poderia ter erguido uma palavra mais forte. Afinal, as pessoas me conhecem muito bem, sabiam quem eu sou, quem é meu pai, quem são meus irmãos, qual foi nossa postura a vida inteira.